

Introdução

Históricamente a desigualdade de gênero é observada em diversas esferas da sociedade, as mulheres viram-se enfrentando oportunidades desiguais e mobilizaram-se no intuito de conquistar direitos, tanto sociais como legais, bem como Igualdade de Oportunidades e de Tratamento nas esferas públicas e privadas, especialmente, no Mercado de Trabalho. Analisando a trajetória do Movimento Feminista é possível observar que muitas mobilizações ocorreram nesse sentido. Grande parte do proletariado brasileiro, desde o início da industrialização, no final do século XIX, foi constituído de mulheres trabalhadoras que, de um modo geral, sempre foram alocadas em atividades menos valorizadas e mais mal remuneradas do que os homens, como registra a história do trabalho até os nossos dias. Contudo, essa participação é invisibilizada e essas personagens não aparecem nos noticiários ou são citadas nos documentários e livros de história. Observamos que mesmo nos movimentos de esquerda e nos sindicatos lhes são destinados os cargos intermediários, e essas mulheres enfrentam barreiras, como o machismo, para participar desses espaços que tem como caráter essencial a democracia e a luta por direitos iguais.

Embora as mudanças que permitiram que a mulher não estivesse restrita apenas a “esfera privada” fossem muito difíceis e custosas, o papel que lhe foi atribuído foi questionado e vem sendo combatido pelos Movimentos Feminista e de Mulheres. Isso se deve, entre outras coisas, à acelerada modernização socioeconômica, desde 1970, no Brasil, que levou milhares de mulheres ao mercado de trabalho, e ao feminismo emergente que passou a pressionar incisivamente por uma redefinição do lugar e do papel da mulher na sociedade contemporânea.

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória das mulheres sindicalistas, perpassando suas trajetórias pessoais, o relacionamento com os familiares e com o sindicato. Busco compreender quais são as principais barreiras que essas mulheres encontraram ao tentar se engajar nesses movimentos, levantando quais foram os entraves no ambiente de trabalho, familiar e de militância. Traçar igualmente quais as principais ferramentas para inviabilizar essas trajetórias e atuações ao longo da história do Movimento Feminista Brasileiro.

Metodologia

A metodologia a ser aplicada combinará uma análise da bibliografia clássica da sociologia do trabalho e de gênero com a pesquisa em materiais produzidos pelo sindicato e seus dirigentes, como boletins, atas e jornais. Com isso, busca-se apresentar novos elementos para a discussão em pauta. Pretendo trazer à tona as principais conquistas das mulheres nesses espaços, seus limites e possibilidades, abordando sua relação com as esferas produtiva e reprodutiva.

Resultados

No Brasil, a participação feminina nos movimentos de trabalhadores data do final do século XIX, quando a ideologia anarquista era dominante nas associações de apoio mútuo, embriões dos sindicatos. Embora as mulheres fossem grande parte da

¹ Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/IFCS/UFRJ, sob orientação do Professor Doutor Marco Aurélio Santana. Bolsista da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

classe trabalhadora, nesse momento elas não eram bem vindas nos sindicatos. Contudo sempre estiveram presentes no movimento operário e sindical brasileiro, inclusive em momentos-chave como na greve geral de 1917, que começou com tecelãs que reclamavam dos abusos sexuais cometidos pelos capatazes e das más condições de trabalho.

Lutaram pela incorporação de alguns de seus direitos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – em 1937, e conseguiram garantir alguns importantes, como da proteção à maternidade e da igual remuneração. Em 1968, nas greves de Contagem e Osasco, marcos da resistência no período da ditadura, é possível observar a participação de mulheres dirigentes sindicais. Na década de 1970, com o aumento da força de trabalho feminina, houve também um significativo aumento das mulheres sindicalizadas, índice que era superior ao aumento da sua participação no mercado de trabalho.

O Mundo do Trabalho viveu nas décadas de 1980 e 1990 momentos, que poderíamos chamar de antagônicos. No Brasil, a década de 1980 é marcada pela redemocratização, pela intensa participação popular e pela expansão do movimento sindical, que, com mais de 700 greves vive sua “época de ouro” (SANTANA, 2004). A luta pela democratização das relações de gênero persistiu e, com a Constituição Federal de 1988, as mulheres conquistaram importantes vitórias no patamar político e jurídico. Nas greves da década de 1980, como na greve de 1988 em Volta Redonda, as mulheres atuaram não só como apoio, mas também ativamente nas mobilizações, articulações e divulgação do movimento grevista.

Já na década de 1990, a “década neoliberal”, o mundo do trabalho vive sua fase de enxugamento, com a reestruturação produtiva, a flexibilização e a precarização do emprego os sindicatos se fragmentam, aumentando as dificuldades e as barreiras para ampliar a participação e as conquistas das trabalhadoras. Com a dispersão sindical, estes se enfraquecem, distanciam-se de suas bases e transformam-se basicamente em espaços de disputa de cargos, do “poder pelo poder”, onde outras relações, como as de sexo, manifestam-se, evidenciando a predominância do modelo patriarcal e do machismo na sociedade contemporânea. Nesse momento muitas mulheres se retiram do mercado de trabalho, contudo outras tantas tornam-se também chefes de família e passam a disputar os mesmos cargos que os homens, em fábricas, bancos e em outros de predominância masculina, no entanto, notamos que a maioria das mulheres ainda ocupa atividades relacionadas ao “cuidar” (nos hospitais, a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes, no ambiente escolar são professoras primárias ou secundárias), serviços domésticos ou repetitivos e com pouca autonomia.

Outra grave decorrência da fragmentação sindical para a luta das trabalhadoras é sua conseqüente fragilidade na defesa de direitos. Ter uma atuação conjunta e articulada da classe trabalhadora é fundamental para garantir a aplicação das Convenções 100 e 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, respectivamente acerca do salário igual para trabalho igual e sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Conclusão

A luta das mulheres sempre esteve diretamente ligada a luta dos trabalhadores, no entanto parece estar invisível, como se estivesse escondida sob uma “dominação masculina” (BOURDIEU, 1999). Na sociedade contemporânea a ideologia predominante ainda é marcada por uma visão masculinizada na qual a imagem feminina é um estereótipo sem voz (SOUZA-LOBO, 1991), a maioria dos movimentos, seja sindical, popular ou partidário, reproduz, de alguma forma, essa ideologia.

Observamos, nesse trabalho, que apesar da intensa participação das mulheres na vida sindical e nos movimentos sociais no país, essa atuação é igualmente invisibilizada e marcada pelo falocentrismo, o que influencia na forma como essa história é “contada”. Na história do Brasil, bem como dos movimentos sindical e popular, só encontramos nomes de homens entre seus ícones e as mulheres que aparecem são retratadas como coadjuvantes ou esposas desses personagens, mesmo que tenham tido papéis essenciais em determinados momentos. Verificamos igualmente que ainda são consideradas feminas as carreiras relacionadas ao cuidado e destinados às mulheres os cargos de menor prestígio social. Nos espaços de decisão ainda podemos observar maiorias masculinas e as mulheres que participam dos mesmos passam por maiores dificuldades na ascensão profissional, demorando mais a serem promovidas.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. São Paulo: Celta, 1999.
- BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.
- CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. (Orgs.) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- Comparações Brasil-França, 2007. *Anais do Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Brasil-França*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007. v. um.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. *Brasil Republicano – vol.4 – No tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: V. 2, n. 20, p.71-99, jul/dez, 1995.
- SORJ, Bila; ABREU, Alice. “O emprego feminino no setor bancário: inovações tecnológicas e práticas de estabilização” In: LAVINAS, L. e LEON, F. (Orgs.). *Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e inserções no mercado de trabalho*. Santiago: Cepal, 2002, v 2.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura; 1991.
- _____. *O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 17: p. 07-14, out. 1991.